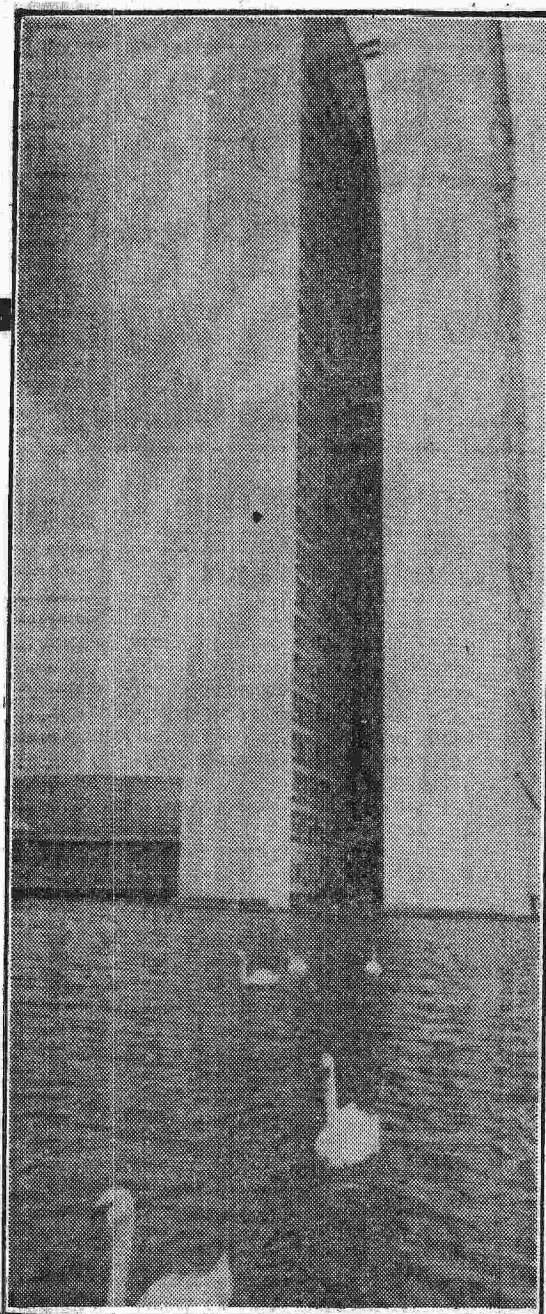
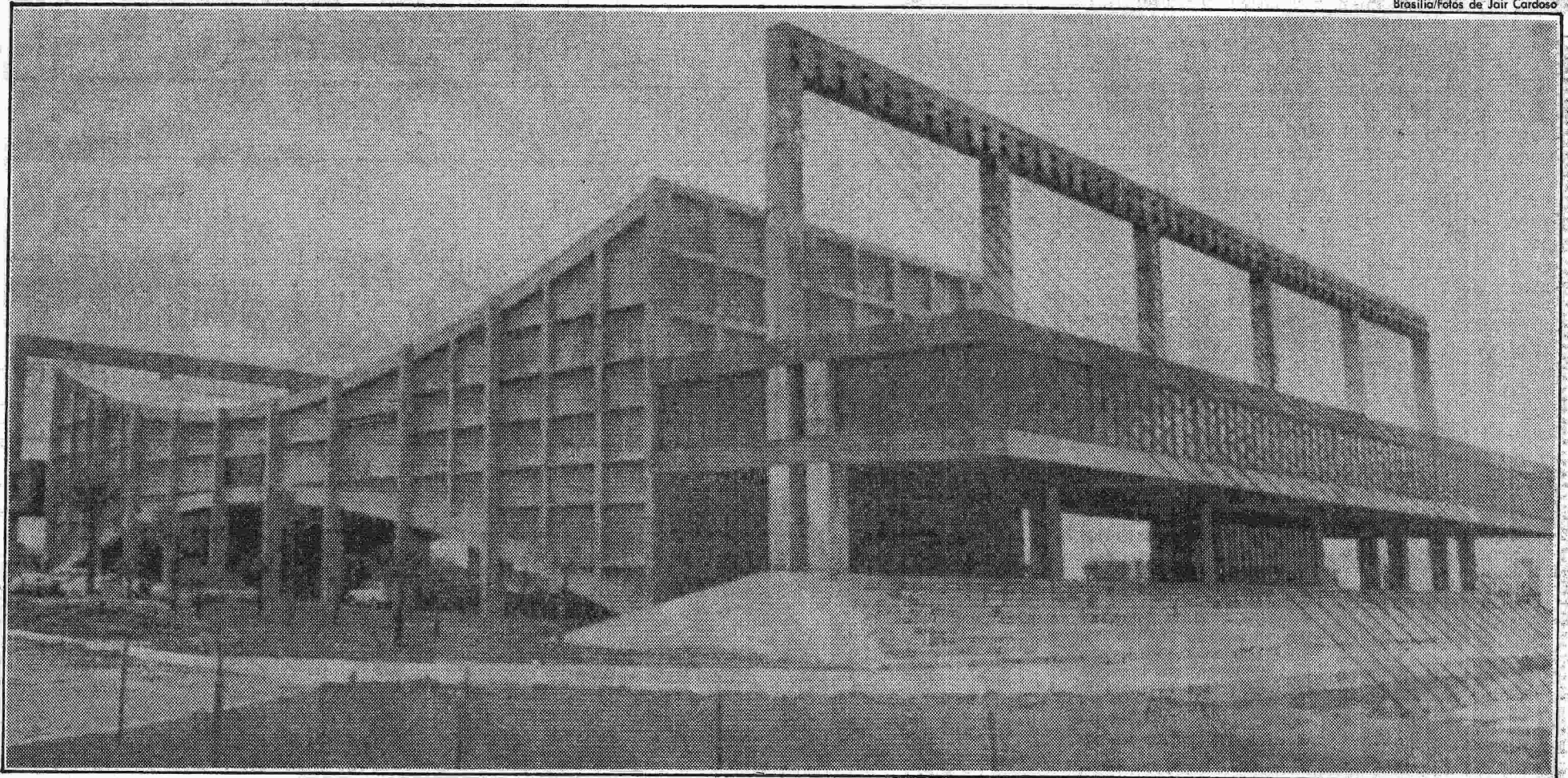


A cidade desperta paixões e ódios e, mais ou menos como em relação à Seleção Brasileira, todos teriam a sua própria maneira de construí-la, caso tivessem sido consultados nos idos de 1960.



O CONGRESSO



CENTRO DE CONVENÇÕES

## CAPITAL POLÍTICA SEM DIREITO A VOTO

O grande assunto de Brasília sempre foi a política — é o prato favorito nos restaurantes, moeda corrente em qualquer lugar, a qualquer hora, em qualquer lugar, e sobretudo agora, quando a idade chega aos 20 anos. Entretanto, Brasília não tem direito a voto, nem representação política. Os 400 mil eleitores inscritos na Justiça Eleitoral do DF jamais votaram e os 200 mil ainda vinculados a seus Estados de origem estão, a cada eleição, mais distanciados do universo social que deixaram. “É preciso que o imaculado Título de Eleitor do brasileiro seja violado com uma assinatura em cada eleição”, brada o jornalista Pompeu de Souza, presidente da Seção Brasília da ABI. Já o Senador Paulo Brossard considera prova irrefutável da capacidade do voto dos brasilienses o fato de não terem eleito “os governantes que estão no Poder”.

Dez propostas de emenda constitucional restituindo o direito de voto ao Distrito Federal, como aconteceu até a transferência da Capital, já tramitaram até o esgotamento de prazo no Congresso, e atualmente tramitam três: a dos Senadores Itamar Franco e Henrique Santillo e a do Deputado Epitácio Cafeteira, que cria uma comissão composta pelos senadores e deputados federais eleitos pelo DF para discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal administrativo do DF. Ele propõe para a cidade a eleição de 11 parlamentares, entre os quais três senadores. E indica como fator de pressão para que sua emenda seja aprovada a capacidade da cidade em mobilizar-se, como nas manifestações estudantis, nas eleições para a Associação Comercial e para os clubes recreativos.

Já o Senador Itamar Franco propõe a criação de uma Assembleia Legislativa no Distrito Federal, composta de cinco representantes do Plano-Piloto e de cinco de cada cidade-satélite. Ele discorda da representação a nível de Senado Federal por entender que no recesso Brasília ficaria totalmente desassistida. Para o Sr. Itamar Franco a única forma de o Governo federal ouvir os reclames da população é através de uma Assembleia, eleita por voto direto e secreto.

Os que discordam de uma representação política para Brasília em geral argumentam que isso aberraria com a organização da cidade. Apontam o fato de que as cidades-satélite ficariam abarrotadas de propagandas políticas, assim como o exemplo da antiga Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, conhecida como “gaiola de ouro”, acusada de despender recursos públicos e de fazer intriga entre bairros.

Para o Senador Itamar Franco apontar a “gaiola de ouro” como um exemplo para Brasília “é pura tolice de quem não enxerga que 1 milhão 200 mil pessoas precisam ser representadas politicamente”. Ele entende que o passar do tempo e a própria evolução da sociedade levará a população a não eleger o político negligente e a não reconduzir o mal representante. Sobre a incumbência de o Senado Federal legislar para o Distrito Federal, o Senador Itamar Franco aponta a ineficiência da Casa exatamente no fato de que ela não tem estrutura para isso, nem representantes interessados nos problemas de Brasília.

Existem ainda os que combatem a representação política para Brasília pelo fato de que ela será exercida pelo poder do dinheiro. É que antes da aprovação de qualquer emenda constitucional nesse sentido, a cidade já tem candidatos. O presidente da Associação Comercial, Sr. Aziz Coury, proprietário de uma revendedora de automóveis, já arrebanha eleitores entre os comerciantes, seguindo o mesmo caminho o dono do Cartório de Protesto de Títulos, Pedro Teixeira — considera um dos pioneiros mais ricos da cidade.

O Ministro Petrônio Portella dizia que uma representação política para o DF teria necessariamente que surgir de um movimento de pressão da população. O Ministro Abi-Ackel manifestou-se favorável à instituição, mas contrário à criação de uma Câmara de Vereadores, por entender que ela traria problemas para a administração da cidade. E o líder do Governo no Senado, Sr. Jarbas Passarinho, acaba de manifestar-se por uma representação restrita ao Senado.

“Não sei se a gente pode esperar muito pelo Governo, mas considero qualquer iniciativa louvável, pois sendo a população quem elege seus representantes, não se compreende que ela seja excluída na própria sede da representação nacional” — diz o jornalista Pompeu de Souza, para quem “o Governo não tem interesse em eleições no DF pelo simples fato de que elas apoiariam significativamente a oposição”.

Como exemplo, ele cita as últimas eleições, em que a população brasileira inscrita na Justiça Eleitoral dos Estados “votou maciçamente na Oposição, constituindo o Senador José Sarney a única exceção”. Pompeu já propôs uma campanha para que a população obtivesse o direito de eleger seus representantes, lembrando entre as desvantagens da atual situação o fato de não poder a cidade impedir os desmandos do Governo local, como por exemplo, a construção de um parque recreativo em homenagem ao próprio filho, pelo Governador da administração passada.

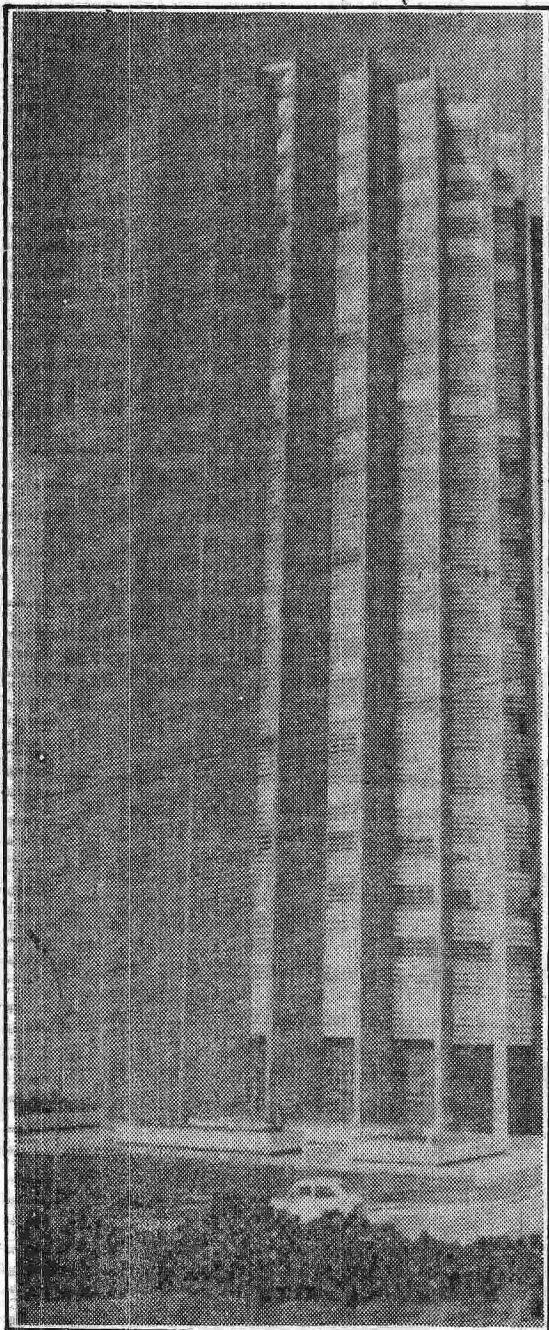
O Senador Henrique Santillo, cuja proposta de emenda constitucional, anexada agora à do Senador Itamar Franco, propõe eleições em 15 de novembro deste ano para a primeira composição da Assembleia Legislativa do DF, também considera a disposição do Governo um forte indicio de que breve Brasília elegerá seus representantes.

Sua proposta de emenda dispõe que o Governador do Distrito Federal continua sendo nomeado pelo Presidente da República, e que a fiscalização financeira e orçamentária do mesmo caberá a uma Assembleia Legislativa auxiliada pelo Tribunal de Contas do DF. Dispõe ainda que “os deputados eleitos em 1980, para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, terão um mandato de dois anos, renovando-se esta representação segundo o calendário eleitoral nacional”.

O Sr. Henrique Santillo considera a proposta do Senador Jarbas Passarinho (uma representação restrita ao Senado) elitista porque confundiria o poder de voto com o poder econômico. “A emenda beneficiaria exatamente os novos ricos de Brasília, que jamais se iriam dispor a disputar votos nas cidades-satélites para exercer um mandato numa Assembleia Legislativa ou numa Câmara de Vereadores.” Ele prega a eleição direta de prefeitos para as cidades-satélites como a única forma de unir a população numa participação dos destinos de Brasília para uma luta contra os desníveis sociais. “Como está a cidade não pode continuar, e argumentar que a representação política aqui instalaria a gaiola de ouro tão envergonhadora do Rio de Janeiro é não querer enxergar que a conjuntura agora é outra, e que a corrupção e o tráfico de influência são os riscos de qualquer democracia.”

Tanto o PMDB quanto o PP, o PTB e o PT são favoráveis à representação política para o DF, e nos últimos três anos, além das propostas dos Senadores Henrique Santillo, Itamar Franco e do Deputado Epitácio Cafeteira, o Congresso já apreciou propostas dos Senadores Catete Pinheiro e Amaral Furian e dos Deputados Alberico Cordeiro e Lidovino Fantan. Enquanto os projetos vão e vêm, tramitando e sendo arquivados, a população espera o dia em que a política vai, finalmente, deixar de ser um assunto para a mesa de jantar e se transformar, para a cidade, em algo mais palpável, comprovado nas urnas e nos títulos de eleitor, cuja única utilidade em Brasília, até agora, é servir de papel inicial para obtenção de carteiras de identidade.

PRÉDIO DO BANCO DO BRASIL



CAIXA ECONÔMICA